

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

EFACEC-INEL (SUL) EM LUTA

De há muito tempo que os trabalhadores de Lisboa — especialmente o sector operário — vinham manifestando o seu desacordo face às condições de trabalho. Mas era difícil no tempo da ditadura fascista a apresentação de reivindicações, ainda agravada pelo facto de a maioria dos operários se encontrar distribuída pelo país por diversas obras, sem grandes possibilidades de comunicação entre si.

Após o 25 de Abril a onda de descontentamento já existente entre nós começou a poder tomar uma forma organizada, forma organizada essa que se desenvolveu não só entre os trabalhadores do sector técnico e administrativo como entre os operários. E assim, naturalmente, sucedeu a nossa primeira reunião geral de trabalhadores em 21/5.

Nessa reunião foi aprovado o nosso caderno de reivindicações, imediatamente apresentado à Administração das Empresas que o aceitou mas não deu qualquer resposta.

Neste caderno, focava-se essencialmente os seguintes pontos:

- Férias e subsídio de férias.
- Salário mínimo.
- Tabelas de ordenados.
- Horário de trabalho.
- Reclassificação de todo o pessoal.
- Subsídios de deslocação e de alimentação.
- Constituição de uma Comissão de Defesa e Direito dos Trabalhadores (C. D. D. T.).

Nesta 1.ª reunião constituiu-se uma Comissão formada por 4 trabalhadores, encarregada de apresentar o referido caderno à Administração.

Em 1/6 voltou a realizar-se nova reunião geral de trabalhadores que, face à não resposta da administração, decidiu exigir uma resposta por escrito sobre os diversos pontos do caderno, até às doze horas do dia 5/6.

Nesta mesma reunião foi alargada a comissão de 4 para

12 trabalhadores, ficando nela representados todos os sectores da EFACEC-INEL — Lisboa.

A fim de se discutirem os diversos pontos do caderno reivindicativo e as possíveis formas de actuação, tal como a forma futura de intervir na Fiscalização da Administração das Empresas em prol do verdadeiro desenvolvimento da Economia Nacional, foi decidida a realização de amplos debates entre os trabalhadores, nos seus locais de trabalho, orientados pelos membros da comissão durante a semana seguinte.

Foi também marcada nesta reunião a terceira reunião, para o dia 8/6, a fim de os trabalhadores tomarem conhecimento da evolução da situação ou da eventual resposta da Administração.

Em 4/6, em documento assinado pelo director Comercial, Eng. Botelho de Sousa, foi dada resposta ao caderno reivindicativo limitando-se esta resposta, no fundo, a reconhecer a Comissão dos Trabalhadores, aceitar fazer uma revisão de

vencimentos, nas «classes menos favorecidas» que não auferissem 7500\$00, fixando como objectivo que os profissionais da categoria de Oficial qualificado ou especializado, com a idade igual ou superior a 18 anos, viessem a auferir o ordenado mínimo de 6.000\$00 mensais, a conceder a partir de 1 de Junho a todo o pessoal com período de férias de 26 dias úteis, com subsídio de 100%.

As restantes reivindicações remeteu-as aquele documento para uma contratação colectiva entre todas as empresas do sector e os Sindicatos interessados, a negociar futuramente.

Na terceira reunião de Trabalhadores, em 8/6, os Trabalhadores começaram por definir que a Comissão de Trabalhadores a que nos temos vindo a referir passasse a funcionar com carácter permanente, como se pretendia no caderno reivindicativo, com as pessoas já suas constituintes e até ao fim do corrente ano, com as seguintes atribuições:

a — Higiene e Segurança no trabalho.

b — Disciplina e relações no trabalho.

c — Fiscalização de todas as atitudes sociais, políticas e económicas, assumidas nas Empresas e pelas Empresas, que na corrente situação possam ser consideradas lesivas dos interesses dos trabalhadores e da Nação.

d — Assistência Social.

e — Reclassificação do Pessoal.

f — Outras funções específicas que os trabalhadores vierem a julgar convenientes.

Em relação à resposta da Administração ficou decidido naquela reunião que se procedesse imediatamente a aumentos gerais nas empresas a todos os trabalhadores com vencimentos inferiores a 7500\$00 e com efeitos retroactivos desde 1/5/74 cabendo à CDDT, após consulta aos trabalhadores interessados, elaborar e negociar uma tabela

(CONTINUA NA PAG. 4)

CAPITALISMO CRIMINOSO NA CONLUS

Conforme damos notícia no comunicado aos trabalhadores, mais de 100 companheiras desfilaram 6.ª e 2.ª feira, das 5 e 8 de Julho, em resultado de uma intoxicação muito grave.

Os patrões tinham assegurado a presença de uma «brigada médica» na fábrica na 3.ª feira. As 9 horas da manhã de 3.ª feira, chegou apenas uma delegada de saúde, chamada pelo patrão para nos convencer que já não havia perigo.

A delegada mandou entrar uma secção. Algumas colegas entraram, contra a decisão da maioria. Como esperávamos, passado algum tempo, muitas das colegas que entraram desmaiaram, o que provou mais uma vez que o patrão nos quis enganar com a cobertura da delegada de saúde e pondo em perigo as nossas vidas.

Uma operária a soldo do patrão e traindo todas as compa-

nheiras procurava entretanto assustar-nos, dizendo que se não entrássemos para o trabalho o patrão fechava a fábrica.

A meio da manhã, uma comissão de operárias foi a Almada para obrigar representantes da delegação do trabalho a irem à fábrica tomar conhecimento do sucedido e das condições em que nos queriam obrigar a trabalhar.

Entretanto, através da G.N.R. (presente na fábrica) o patrão comunicou-nos que só tínhamos uma escolha: ou iam trabalhar ou entrávamos todas imediatamente em férias obrigatórias. Nessa altura, nós reunimo-nos e respondemos: Não queremos férias nem entrar na fábrica enquanto não for feita uma inspecção total e nos assegurarmos de que já não há perigo. Ao mesmo tempo, fizemos saber ao patrão e a todos os que o apoiavam a nossa decisão, gritando-lhes:

NÃO ENTRAMOS! DAQUI NÃO SAÍMOS!

Em face da nossa força, agentes da G.N.R. tentaram prender algumas pessoas que, apesar de não trabalharem na fábrica, nos apoiavam na nossa luta. Nessa altura, nós juntámo-nos, fizemos um cerco em volta dessas pessoas e não deixámos que fossem presas. Percebemos bem que os agentes da G.N.R., apesar de não terem dado voz de prisão, dizendo que só queriam falar individualmente com essas pessoas, planeavam prendê-las. Saímos vitoriosas nesta luta contra a G.N.R. Compreendemos que a G.N.R. estava ali apenas para defender os interesses do patrão.

A delegação de operárias que tinha ido a Almada chegou mais tarde com os delegados do trabalho. Algum tempo depois, fomos comunicados por estes dele-

(Continua na pág. 2)



CHARMINHA: O GERENTE NAZI FUGE COM OS SALÁRIOS DOS OPERÁRIOS.

OS OPERÁRIOS TOMAM CONTA DA PRODUÇÃO.

CAPITALISMO CRIMINOSO NA CONLUS

(Continuação da pág. 1)

gados que as condições de trabalho eram realmente más e que fechariam a fábrica o resto da semana para investigações. Também nos comunicaram que nos apresentássemos ao trabalho na 2.ª feira.

Daremos mais notícias a partir de 2.ª feira. Pedimos a todos os trabalhadores para nos apoiarem nesta luta.

13 de Julho.

«Um grupo de operárias da Conlus».

novas horas da manhã, uma hora depois de entrarmos. No Verão, a fábrica é um forno insuportável. O tecto é uma abóbada com suportes de cimento e o resto plástico, deixando entrar todo o calor do sol. Por isso, no Verão, temos muitas vezes que trabalhar com chapéus de papel na cabeça ou arranjar toldos improvisados para nos protegermos.

A intoxicação é permanente. Quando vamos trabalhar, sabemos que estamos a estragar a nossa saúde, a pôr a nossa vida em perigo. Só os empregados de escritório é que estão isentos

rio mínimo de 3 contos e trezentos, os nossos salários iam desde 1900\$00 a 1200\$00 e a cerca de 900\$00. Depois de 27 de Maio, o patrão «aumentou» os salários da seguinte maneira: pagou-nos a todas o salário mínimo! Antes dessa data trabalhávamos 48 horas por semana (em 5 dias de trabalho); agora continuamos com o mesmo horário. O patrão impõe um ritmo de trabalho extenuante, ameaçando-nos sempre de despedimento em caso de não cumprimento da produção que ele fixa, que em muitos dos casos nenhuma de nós consegue cumprir.

sar de o patrão dizer que não conseguia contactar com os bombeiros, estes estavam já ao corrente do acontecido só esperando que os chamássemos. Os bombeiros só chegaram cerca das 15 horas. Cerca das 17 horas, chegou a polícia de Almada que também nada fez, além de chegarem a acordo com os patrões sobre mais uma manobra contra os trabalhadores, mandando-nos todas para casa. Quando delegados da Junta chegaram à fábrica já não estávamos lá nós para defendermos os nossos interesses.

Os ataques fascistas dos patrões aumentavam constantemente. O gerente insultou-nos berrando coisas como estas: «Eu sei o que é que elas precisam; de uma a uma eu dava conta delas todas».

Na segunda-feira, algumas companheiras (sobretudo da secção de corte, do escritório e da inspecção final, que são as mais bem pagas) entraram na fábrica; em resultado disso mais 20 trabalhadores desfaleceram intoxicados. A maioria recusou-se firmemente a entrar na fábrica. Entretanto, uma médica da delegação de saúde foi, acompanhada pelos patrões, inspecionar a fábrica, dizendo-nos depois de alguns minutos: «Não, não há nada de estranho; não há nenhum cheiro anormal nem nada. Entretanto telefonou para o hospital de Almada para falar com o médico, comunicando-nos em seguida: «Segundo a opinião do médico, o que vocês têm é uma crise de histerismo». A delegada sindical (sindicato das costureiras) apareceu a meio do dia na segunda-feira e nada resolveu, como outras vezes já aconteceu; será que o sindicato das costureiras defende os nossos interesses?

HOJE os patrões querem-nos enganar com mais uma manobra. Dizem-nos que com a «brigada médica» que vão hoje trazer para a fábrica já não há perigo. Dizem-nos também que já inspecionaram a fábrica. Mas nós não nos podemos de-

ixar enganar. Como podemos acreditar na «inspecção» dos patrões? Como podemos acreditar na «comissão médica» dos patrões?

O problema da intoxicação (e outros) não é de agora. Nós operárias sabemos que este problema só se resolve com a total remodelação da fábrica. E ele só se resolve se nós todas, operárias da Conlus, participarmos nessa remodelação, pois só nós sabemos os problemas que temos e como melhor os resolver.

COMPANHEIRAS:

— Não devemos voltar ao trabalho antes de ser feita uma remodelação de toda a fábrica em vista ao melhoramento das condições e segurança de trabalho.

— Hoje, em Assembleia de Trabalhadores, é preciso discutir as medidas a tomar para esta remodelação, tratando de problemas tais como: condições de trabalho, salários, segurança, organização do trabalho na fábrica, saneamento dos locais dos patrões, cujos nomes devem ser apresentados na Assembleia dos Trabalhadores defenderem eles próprios os seus interesses não delegando em outros a sua luta, além de outros pontos que possam ser propostos à discussão em Assembleia de Trabalhadores.

NÃO ENTRAMOS!

COMPANHEIRAS:

UNIDAS NA LUTA

NADA TEMOS A PERDER!

UM GRUPO DE OPERÁRIAS DA CONLUS

A TODOS OS QUE NOS QUI-
SEREM APOIAR NA LUTA:

Direcção da fábrica:

Quinta da Matinha, Sta. Marta
Corroios



Aos trabalhadores

Cerca de cem companheiras gravemente intoxicadas, em resultado da exploração feroz a que estamos sujeitas na fábrica Conlus

A Conlus é uma empresa multinacional, produtora de sou-tiens para o Canadá, Inglaterra e Alemanha, empregando em Portugal mais de trezentas operárias, a maioria entre os 14 e os 18 anos.

As condições de trabalho são muito más. Trabalhamos num barracão, sem quaisquer condições de ventilação e segurança de trabalho. Respiramos dia a dia produtos tóxicos que nos enfraquecem e levam muitas de nós ao desfalecimento durante o trabalho. No barracão que é a nossa fábrica, trabalhamos numa sala única onde as janelas são pequenas frestas de poucos centímetros, rente ao tecto. No Inverno é muito frio e o patrão apaga os aquecimentos às

da intoxicação. Quando companheiras se sentem mal ou desmaiam não existem condições nenhuma de socorro médico. Há apenas um quarto que de enfermaria só tem o nome. Só lá existe um divã e umas cadeiras usados pelos empregados de escritório como refeitório privativo.

A repressão é constante. Os patrões cortam a água, fazem vigilância policial a tudo o que fazemos, inclusivamente às idas à casa de banho. O fascista Klaus, o nosso patrão, chega mesmo a entrar nas casas de banho das operárias, impedindo que, até aí, nos reunamos por minutos que seja para discutir-mos os nossos assuntos.

Os patrões não só nos exploram na fábrica, como os salários de fome que nos pagam e as condições de trabalho a que nos sujeitam põem em perigo a vida dos nossos filhos, da nossa família.

Antes de 27 de Maio, altura em que entrou em vigor o salá-

Na sexta-feira, dia 5 de Julho, 80 companheiras desfaleceram intoxicadas, poucas horas depois de iniciarem o trabalho. Tudo começou às 11 horas da manhã quando uma companheira (da secção de corte) começou aos gritos. Nós não achámos isso estranho, porque acontece muitas vezes nas condições miseráveis em que trabalhamos. Passados cerca de 5 minutos, começaram a desmaiar outras companheiras, até 80 ficarem desfalecidas. Só ao meio-dia e meia hora é que um mecânico e um encarregado começaram a transportar estas companheiras para o hospital de Almada. Os patrões nada fizeram; só havia na fábrica três carros (o do patrão, do gerente e de um empregado de escritório) que fomos impedidas de usar para socorrer as nossas companheiras. Algumas de nós fomos à Betão Liz buscar socorros. Entretanto, telefonámos para a ambulância e bombeiros. Ape-

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	45\$00
Anual	90\$00
Apoio (anual)	150\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória, em nome da directora interina.

EDITORIAL

Segundo as próprias declarações públicas do antigo primeiro-ministro e dos ministros que com ele se demitiram, a actual crise governamental que a burguesia portuguesa atravessa resulta fundamentalmente de divergências quanto a um ponto: qual a melhor maneira de reprimir o movimento operário ascendente e qual deve ser o processo de estabelecimento das novas instituições burguesas no país?

O PPD, que representa neste contexto a alta tecnocracia e a grande indústria moderna ou modernizada, quis que fossem concedidos ao ex-primeiro-ministro poderes amplos para reprimir as experiências de vanguarda do movimento operário e tentar impedir, no futuro, o desenvolvimento ou a repetição dessas experiências.

Quanto às tendências reformistas não demissionárias, a sua política, no momento, não assenta na repressão directa, mas no trabalho de desenvolvimento de um aparelho sindical burocratizado, que se substitua às massas trabalhadoras na luta. Desta forma, para tais correntes reformistas, enquanto os delegados sindicais discutiriam as percentagens dos aumentos salariais à mesa das conversações com o patronato, as grandes massas dos trabalhadores permaneceriam passivas e relativamente indiferentes aos acontecimentos. Ora, só as massas em luta constituem um perigo para o regime capitalista. E tudo o que for feito para manter os trabalhadores na passividade — seja pela repressão brutal, seja pela burocratização dos sindicatos e pelo desenvolvimento da linha reformista — não são mais do que meios diferentes para manter a mesma exploração.

São estas, nas suas linhas muito gerais, as duas grandes tendências em debate no Governo Provisório e de cujo choque resultou a crise.

Mas para além delas, como uma sombra, plana o Movimento das Forças Armadas. Que fantasma é esse, de que todos nós ouvimos falar e que ninguém vê? De que todos ouvimos falar, mas que nunca fala?

O Movimento das Forças Armadas tem o seu programa convertido em lei, por força da publicação no Diário do Governo, mas não tem qualquer aparelho que lhe permita controlar a execução prática dessa lei, nem se pronunciou nunca publicamente sobre a forma como ela é executada.

Diz-se que os oficiais do Movimento das Forças Armadas, em reuniões magnas com o presidente da República, lhe impuseram por várias vezes a sua vontade. Mas que vontade é

— ou foi — essa, que os oficiais mantêm secreta relativamente às massas dos trabalhadores?

Diz-se que um oficial superior, das mais importantes figuras do Movimento das Forças Armadas, foi preso há tempos por ordem de um dos generais da Junta, tendo sido solto horas depois por imposição do Movimento das Forças Armadas. Mas que diz, sobre este assunto, o Movimento das Forças Armadas?

Diz-se que, na actual crise governamental, o Movimento das Forças Armadas tem um papel muito importante e uma posição definida. Mas que papel e que posição são essas?

O Movimento das Forças Armadas tem tudo de uma ilusão: muito se fala dele, mas nada se vê na realidade.

Ilusão ou não, uma coisa é certa. É nos corredores de Belém ou nos Passos Perdidos de São Bento que o Movimento das Forças Armadas conduz a sua política. Não é junto das massas trabalhadoras.

Das duas grandes correntes governamentais, uma quer a passividade das massas trabalhadoras garantida pela polícia, a outra quer garanti-la mediante os sindicatos reformistas. Em nenhuma delas encontram as massas trabalhadoras nem amigos, nem defensores — e sabem-no bem, da experiência já adquirida nestes dois meses e meio de novo regime.

Mas não podemos sair duma ilusão para cair noutra maior. O Movimento das Forças Armadas, que ninguém sabe o que é ao certo porque ele nunca teve a preocupação de se mostrar, que ninguém sabe o que vai pensando porque ele nunca o diz, que ninguém sabe o que faz porque não o mostra — esse Movimento revela por aí mesmo a que classe se destina. É nas esferas governamentais que procura o seu público, não nas massas trabalhadoras.

Das grandes correntes que se chocavam no primeiro Governo Provisório, ambas estavam de acordo com a necessidade de manter a «ordeira» passividade entre os trabalhadores, só divergindo nos métodos.

Quanto ao Movimento das Forças Armadas, desde início que conta com essa passividade dos trabalhadores e esforça-se por mantê-la, visto que a sua actuação se desenrola à margem da luta dos trabalhadores.

Não é aqui, nem ali, nem acolá que as massas trabalhadoras encontrarão os seus defensores. Só tomando nas próprias mãos o seu destino é que os trabalhadores poderão prosseguir a revolução contra o capitalismo.

Só das massas trabalhadoras pode vir a libertação das massas trabalhadoras.

ESPAÑHA: A LUTA NA «SOLVAY» EM MARTORELL

Os trabalhadores espanhóis de uma fábrica de produtos químicos pertencente ao grupo multinacional Solvay (que possui em Portugal as empresas Seda Póvoa, Sicope, Quifabel, bem como as filiais portuguesas da Adretta-Werke e da Kali-chemie) entraram em greve, nos princípios de Junho, quando a empresa se recusou a satisfazer as reivindicações apresentadas aquando da renovação do Contrato Colectivo de Trabalho: aumento de 3 500 pesetas para todos os trabalhadores.

NA LUTA, OS TRABALHADORES DESENVOLVEM AS SUAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Em qualquer país, a luta dos trabalhadores é a única forma por que estes podem impôr aos patrões uma melhor venda da sua força de trabalho. É colectivamente que os trabalhadores decidem e levam para a frente,

através de formas organizativas que acham adequadas ao suporte dessa luta, as suas reivindicações. A greve é uma dessas formas de luta.

Mas, mais do que as exigências económicas, que muitas vezes os capitalistas não têm dificuldade em satisfazer, o patronato e toda a burguesia têm medo dos ajuntamentos dos trabalhadores, da discussão colectiva, porque sabem que daí lhes advém uma maior consciência da sua condição de explorados.

Em Espanha, país fascista, onde a greve não é um direito reconhecido pela lei aos trabalhadores, estes não deixam de a utilizar quando precisam.

Os capitalistas de países fascistas ou de países mais ou menos «democráticos» assentam os seus institutos na repressão dos trabalhadores. Não há desenvolvimento económico capitalista sem repressão das classes exploradas. Que essa repressão assente na investida brutal de órgãos policiais e militarizados ou na utilização

dos aparelhos sindicais reformistas, a finalidade é uma única — a de melhor explorar.

A EVOLUÇÃO DA LUTA

A luta dos trabalhadores de Martorell é importante, não só porque se desenvolve num país onde os aparelhos repressivos são extremamente ferozes, mas ainda porque se desenvolve numa região da Espanha com pequena tradição de luta, sendo um exemplo para o aumento da consciência dos trabalhadores dessa região.

A luta dos trabalhadores da Solvay em Martorell incentivou-se a partir do despedimento de cinco camaradas e da aplicação de sanções a três representantes sindicais. A luta passou, então, a centrar-se na readmissão dos companheiros despedidos e no levantamento das sanções.

No dia 11 de Junho, a empresa faz de novo cair sanções, agora sobre quase todos os trabalhadores, com quatro dias de suspen-

são do emprego e do salário. Só foram exceptuados desta sanção o pessoal administrativo, técnico e da manutenção. Vemos, por aqui, como a generalidade dos técnicos são aliados do capitalismo; por outro lado, o patronato procurava, com aquele procedimento, criar cisões entre os empregados mais mal pagos dos serviços e os restantes trabalhadores em luta.

Na sexta-feira, dia 14, terminou aquela sanção, mas os trabalhadores continuaram a greve. Só uns vinte trabalhadores furaram a greve. Nesta altura os trabalhadores suspensos não foram reintegrados, o que significava o seu despedimento, apesar de os empresários terem prometido a normalização do trabalho a partir desta data.

A partir de 17, segunda-feira, o ânimo dos trabalhadores na luta aumentou. Dos 55 trabalhadores que tinham recommçado o trabalho nos dias imediatamente anteriores, 35 voltaram a integrar-se na luta. Os restantes vinte são os que já anteriormente

se tinham manifestado contra a greve.

OS SINDICATOS REFORMISTAS SÃO AGENTES DOS PATRÕES

De notar que o delegado provincial dos Sindicatos fascistas espanhóis tentou uma intervenção na luta dos trabalhadores da Solvay. Pretendia aquele reformista negociar só as reivindicações económicas, deixando de parte os despedimentos efectuados, e apareceu nas negociações como o porta-voz da empresa.

A experiência dos trabalhadores portugueses depois do 25 de Abril mostra que a defesa dos interesses patronais pelas burocracias sindicais não é uma característica do fascismo, mas sim de todos os sindicatos reformistas e não controlados pelas massas trabalhadoras, quer existam no fascismo, quer nas democracias burguesas.

(Continua na pág. 6)

A LUTA NA EFACEC-INEL (LISBOA)

(Continuação da pág. 1)

de vencimentos com a Administração, bem como todo o restante caderno de reivindicações.

Outras medidas práticas foram: a iniciativa de trabalhar (tal como reivindicado) 40 horas por semana e de não fazer horas extraordinárias, até resposta concreta da Administração.

Nesta mesma reunião foram apresentadas propostas de saneamento de dois exercícios que abusivamente no colégio das suas funções têm lesado gravemente os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, mesmo após o 25 de Abril.

As conclusões desta reunião foram imediatamente entregues à Administração que nessa altura marcou, de acordo com a CDDT, para 24/6 a 1.ª reunião de negociações.

No dia imediato ao começo da aplicação do Horário semanal de 40 horas e tendo em atenção uma exposição do Eng. Botelho de Sousa, decidiu a CDDT informar os trabalhadores que deviam retomar o horário de 44 horas.

Na 1.ª reunião de negociações (24/6), a Administração passou

que pretendesse levá-los a tomarem medidas precipitadas que serviriam não só as empresas mas também as manobras das classes reacionárias, inimigas das classes trabalhadoras e atendendo ainda que congelados os preços, quaisquer melhoramentos das condições salariais dos trabalhadores correspondem a menores lucros das empresas, o que pela lógica capitalista não lhes interessa; e constatando que as empresas continuavam a não estar interessadas em que os trabalhadores que lhes fazem a riqueza possam ter condições de vida dignas no mínimo, a CDDT convocou uma reunião geral para 29/6.

Para esta reunião a CDDT contactou a Administração para estar presente.

Pouco antes do início desta reunião chegou à CDDT um comunicado da Administração assinado pelo representante das empresas Eng. Botelho de Sousa, anunciando que estava pronto a negociar, o que antes se tinha recusado a fazer.

Mas como os trabalhadores se sentissem totalmente enganados pelas empresas e sentindo que esta última comunicação podia

tificava «ter decidido reiniciar as negociações imediatamente para evitar tomar sobre si a responsabilidade de uma paragem de actividade altamente prejudicial ao país e à consolidação da democracia» apresentou uma contra-proposta que assentava basicamente no contrato colectivo de trabalho dos Fabricantes de Material Eléctrico a aplicar a todos os trabalhadores e num subsídio de alimentação para o pessoal fixo, de 20\$00 por dia.

Foi também decidido nesta reunião, com o acordo de ambas as partes, interromper as negociações por dois dias e recomençar-las no dia 4/6 às 9 horas.

É nesta fase de negociações que se verificam novas manobras da Administração no sentido de ganhar tempo nomeadamente com os problemas de saneamento mantendo-se numa atitude de intransigência em relação às suspensões entretanto decretadas pelos trabalhadores, vindo mais tarde a reconhecer-las. Aquelas suspensões haviam sido exigidas para os trabalhadores com processo de saneamento, dadas as suas manobras de divisão e intimação sobre os

— PROPOSTAS APROVADAS

— PROPOSTA — 1

— CONSIDERANDOS

A — Considerando as várias tentativas levadas a cabo pelos trabalhadores na luta pelas reivindicações que julgam justas o que se traduziu nomeadamente por:

a — Apresentação à Administração em 23/5/74 do Caderno Reivindicativo aprovado no primeiro plenário de 21 de Maio de 1974.

b — A realização de um 2.º Plenário em 1 de Junho de 1974 na tentativa de obter resposta ao Caderno Reivindicativo.

c — A realização de um 3.º plenário em 8 de Junho de 1974 que, face à insuficiente e confusa resposta dada pela Administração, decidiu dar poderes de negociação à CDDT.

B — Considerando que para o início das negociações em 1/7 de 1974 foi necessário paralisar o trabalho com concentração à porta da sede e que aquelas só foram concluídas em 5 do corrente mês devido à forte pressão exercida pelos trabalhadores através de nova paralização e concentração espontânea.

C — Considerando ainda que a forma como a Administração conduziu as negociações criou uma situação lesiva dos interesses de todos os trabalhadores das empresas EFACEC-INEL.

Não encontrando os trabalhadores outra forma de luta que possa vir a impor as suas reivindicações e responsabilizando a Administração pela actual situação.

— DECIDIU-SE:

1 — GREVE, com ocupação imediata e permanente dos locais de trabalho fixos pelos trabalhadores desses locais.

Que os trabalhadores cujos locais de trabalho são estaleiros, se distribuirão por todos os locais de trabalho das Empresas em Lisboa (Armazéns da Rua Padre António Vieira, RL, OLI, CLP, Elevadores (Carnaxide), 60, 76 e INEL) devendo a CDDT proceder a essa distribuição.

2 — Que à Administração deve ser impedido o acesso a qualquer das instalações da EFACEC-INEL em Lisboa a não ser para ACEITAR as propostas limites apresentadas pela CDDT.

3 — Que aos trabalhadores suspensos e com inquérito para saneamento em curso, também deve ser impedido o acesso a essas instalações.

4 — Que nenhum trabalhador deve permanecer no seu estaleiro mas sim nos locais para onde for destacado.

Que à CDDT competirá na segunda-feira, dia 8, estabelecer ligações com todos os estaleiros afim de fazer cumprir esta determinação aos trabalhadores que porventura ainda lá se encontrem.

As ligações entre os diversos locais de trabalho competirão à CDDT coadjuvada por um grupo coordenador, dos trabalhadores que se encontram nos diversos locais ocupados, a nomear nesta assembleia pela CDDT, e constituída por 12 trabalhadores.

5 — Que nos locais ocupados, sob o incentivo e coordenação da CDDT se realizem debates não só sobre o problema (Empresa) mas também sobre todos os problemas nacionais.

6 — Que a ocupação das instalações para além das horas normais de serviço seja assegurada, no mínimo, por 1/4 dos trabalhadores do sector e 1/4 dos trabalhadores extra sector aí destacados.

7 — Que se dê imediato início a um exame à situação económica das empresas, exercido por técnicos das empresas com a confiança dos trabalhadores e técnicos nomeados pelo Ministério de Trabalho afim de julgar a impossibilidade ou não da concretização das nossas reivindicações ou até que níveis eles poderão ser elaborados.

As conclusões deste exame deverão constituir documentos a distribuir por todos os trabalhadores.

8 — Que se até quinta-feira, dia 11 às 8 horas a situação não se tiver modificado, se realize novo plenário para se fazer o ponto da situação.

9 — Que à CDDT competirão ainda todos os contactos oficiais com os meios de informação, com a Administração e com os técnicos encarregados do exame económico das empresas.

10 — Que antes de quinta-feira, 11, qualquer outro plenário poderá ser convocado pela CDDT se esta o entender conveniente.

11 — Que seja elaborado e enviado um comunicado a todos os trabalhadores da EFACEC-Porto, relatando os acontecimentos de Lisboa.

Que a realização de qualquer sessão de esclarecimento, se os trabalhadores da EFACEC-Porto assim o solicitarem seja assegurada pela CDDT.

12 — Que seja dado à CDDT um voto de confiança.

13 — Que seja acrescentada ao Caderno Reivindicativo uma cláusula pela qual sejam proibidos, sem a sanção da CDDT os chamados «despedimentos sem justa causa».

14 — Que seja dado à Administração das empresas um voto de desconfiança.

— PROPOSTA 2

1 — Considerando que o serviço de assistência técnica e avarias dos elevadores é um serviço de utilidade pública.

2 — Decidiu-se que seja constituído um piquete de urgência em cada dia a fim de serem prontamente garantidos todos os casos de interesse público.

— PROPOSTA 3

Foi aprovado que todas as propostas aprovadas neste plenário sejam enviadas ao Conselho de Administração, bem como um esclarecimento de todo o processo em que decorreram as negociações.

A GREVE

Assim, os 1076 trabalhadores da Efacec-Inel — Sector Sul encontram-se em greve desde o dia 8 de Julho — primeiro dia de greve — em que sob a coordenação da C. D. D. T. se organizaram em comissões, nomeadamente de Animação Cultural, de Informação e de Coordenação de Piquetes para dinamizar o seu processo de luta.

Deste modo começaram a publicar um jornal diário — O Jornal da Greve dos Trabalhadores da Efacec-Inel — Lisboa — de que publicamos um extracto; iniciaram a projecção de filmes em todos os locais de trabalho da empresa em Lisboa, seguidos de debates.

O tempo que os trabalhadores permanecem nas instalações é ocupado em discussões sobre os filmes projectados — Guiné-Bissau, o coraçudo Potemkine e a Greve da LIP — sobre artigos publicados nos jornais da greve, ultrapassando os problemas reivindicativos em que a greve se baseia e relacionando esta com o actual momento político português.

Ainda no âmbito cultural realizou-se nas nossas instalações em Carnaxide uma sessão com a presença das camaradas José Mário Branco, Victorino e Faustino, convívio este que decorreu com a maior camaradagem e que os trabalhadores procuram desenvolver cada vez mais, no sentido de aumentar o espírito de observação da sociedade em que vivem.

Entretanto foi levada a cabo uma Conferência de Imprensa onde compareceram representantes quer da imprensa diária quer dos órgãos partidários interessados, que tiveram a oportunidade de conhecer todo o nosso processo reivindicativo.

Foi contactado o Ministério do Trabalho que diligenciou junto da Administração das empresas no sentido de se iniciar o inquérito à situação financeira das empresas. A Administração não autorizou tal inquérito alegando que os representantes presentes no Ministério do Trabalho não tinham poderes para permitir uma análise à situação económica.

No dia 11 realizou-se o sexto plenário, como havia sido decidido no plenário anterior, a fim de se fazer o ponto da situação. No início deste plenário a que compareceram cerca de 700 trabalhadores das Empresas — sector sul, deu-se conhecimento do trabalho realizado pela C. D. D. T. No decorrer da greve, falou-se dos contactos com as camaradas do Sector do Norte, representados pelo Conselho Fabril do Norte e por uma Comissão representativa do sector comercial do Norte (30 pessoas no total) tendo sido perguntado qual o grau de representatividade destes camaradas que após terem explicado a sua constituição e o modo como foram eleitos, leram um comunicado em que apelavam nomeadamente para que os companheiros do Sul terminassem a greve.

Após cerca de 2 horas de trabalhos, entrou-se na análise da situação tendo havido várias intervenções e afirmando-se a dada altura: «a classe operária vencerá. Venceu sempre ao lon-

go da História». «Passamos da ma situação de fome para uma situação em que podemos dizer que temos fome».

Um trabalhador referiu-se também ao «fundo de greve» pondo à disposição deste uma boa parte do seu ordenado.

Entradas várias propostas na mesa, foi rejeitada uma que defendia o sistema do voto secreto (que os trabalhadores consideram como «a voz do co-barde») e aprovadas as seguintes:

PROPOSTA 1

Prosseguimento da greve com ocupação dos locais de trabalho durante as horas normais de funcionamento, devendo caber à CDDT e ao grupo coordenador a designação dos efectivos que consideram mínimos para fazer a ocupação.

Ao fim de semana serão mantidos esses efectivos mínimos por turnos de 8 horas diárias.

PROPOSTA 2

1) — Que as pessoas que não concordam com a ocupação das instalações durante a greve, se manifestem inequivocamente a fim de os restantes trabalhadores não contarem com eles para essa ocupação.

2) — Que seja dada confiança à C. D. D. T. e ao grupo Coordenador de piquetes para actuar sobre as pessoas que não concordam com aquela ocupação e aqui não se manifestem, mas no prosseguimento da greve o venham a fazer, possam convidá-los a deixar de fazer aquela ocupação.

Assim a greve continua, com os trabalhadores na decisão de continuá-la até à vitória.

Conscientes de que depois de esgotadas todas as possibilidades, a greve é a única forma de luta de que dispomos neste momento; que não querendo de modo algum estar numa greve que não desejamos e para a qual fomos empurrados por uma Administração que se tem revelado incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores; conscientes ainda de que a greve não é a única forma de luta; e estando atentos a cada momento para enveredar por novas formas de luta que surjam; os trabalhadores da EFACEC-INEL — Lisboa, solidarizam-se com todos os seus camaradas em greve pois, como se afirma no 1.º jornal da greve: «só nós, organizados com todos os trabalhadores podemos modificar a sociedade. A nossa capacidade de trabalho, o nosso sentido de justiça e uma tomada de consciência social levará até ao fim a realização da sociedade que queremos dos trabalhadores».

Esta situação tem vantagens e inconvenientes; vejamos primeiro os inconvenientes: Se um verdadeiro sindicato tomasse o comando da luta dos trabalhadores isso seria bom,

JORNAL DA GREVE DOS TRABALHADORES DA EFACEC-INEL (LISBOA)

Sublinhámos já no número anterior de Combate a importância dos jornais de fábrica, eixo da imprensa trabalhadora.

Neste sentido, a greve da Efacec-Inel (Sul) é modelar, pois os trabalhadores desta empresa publicaram diariamente, até à data da redacção desta notícia, o seu boletim Jornal da Greve dos Trabalhadores da Efacec-Inel (Lisboa).

Como ninguém ignora as di-

ficuldades económicas e materiais com que lutam todos os trabalhadores, o facto de os nossos camaradas da Efacec-Inel estarem a elaborar um jornal diário constitui uma grande vitória, que demonstra o seu espírito combativo e a sua capacidade de organização autónoma.

Do quarto número do jornal da greve, publicado a 11 de Julho, transcrevemos o seguinte artigo:

OS SINDICATOS E AS LUTAS DOS TRABALHADORES

Como nós vimos, os sindicatos têm estado totalmente afastados de todas as lutas operárias empreendidas depois do 25 de Abril.

Este é um facto muito importante que devemos analisar muito bem para podermos perceber qual o verdadeiro estado e a evolução previsível da luta das grandes massas trabalhadoras do nosso país.

Parece-nos que a razão pela qual os sindicatos se mantêm fora de todo este processo reivindicativo é muito simples: os sindicatos não têm força, os sindicatos não representam e não defendem os interesses das grandes massas operárias. Porque se defendessem seriam eles, como VANGUARDA OPERÁRIA, a dirigir a luta.

Ora, aquilo a que a gente assiste é ao seguinte: os sindicatos ficam parados e são as massas que, tomando consciência da sua situação, se organizam e tomam nas suas mãos a luta pela defesa dos seus interesses.

Esta situação tem vantagens e inconvenientes; vejamos primeiro os inconvenientes:

Se um verdadeiro sindicato tomasse o comando da luta dos trabalhadores isso seria bom,

porque então podíamos todos mais facilmente encontrar os nossos interesses comuns e criar assim uma ampla frente de luta organizada contra os exploradores capitalistas. No entanto é preciso ver que há um grande perigo em as massas entregarem cegamente a um sindicato a defesa dos seus interesses. Porque pode haver, e há, sindicatos que estejam interessados em defender outros interesses que não sejam os das massas trabalhadoras.

Esta é a grande vantagem da nossa forma de luta. Somos nós, os trabalhadores, que a conduzimos e a estudamos a cada momento, para podermos saber qual o modo de actuação que mais nos interessa. Assim nós aprendemos.

Conseguimos algumas vitórias e talvez tenhamos que sofrer algumas derrotas. Mas entretanto fomos aprendendo e para a próxima vez já não cairemos nos mesmos erros.

Durante esta greve nós não podemos ficar só a conversar e a jogar às cartas, temos que estudar bem a nossa situação e ver o que é que devemos fazer a seguir.

Esta é uma questão que temos que estudar e discutir: «Que sindicatos é que nós queremos?»



as primeiras 3 horas a expor um método de negociações perfeitamente paternalista sem o qual não aceitará negociar e que a CDDT se propos analisar.

Ao ter sido levantada pela CDDT a questão concreta de como abordar cada ponto do caderno reivindicativo para efeitos de negociação, a Administração informou não negociar esses pontos, mantendo-se na posição atrás referida — futuro contrato colectivo de trabalho.

Face a esta situação, a CDDT considerando que os trabalhadores estavam a ser enganados pela Administração que assim tentava adiar uma tomada de posição, parecendo jogar na possibilidade duma viragem da actual situação política que viesse novamente favorecer os interesses dos capitalistas e outros exploradores, contra os trabalhadores e interpretando os sucessivos adiamentos ou como uma manobra para fazer com que os trabalhadores se fossem acomodando e dividindo, perdendo as perspectivas dos seus problemas, ou como uma manobra de provocação

ser mais uma manobra da Administração que há tanto tempo os vinha a enganar, embora não fosse sua intenção entrar em greve, decidiram fazer uma concentração de todos os trabalhadores na sede das empresas, às 8 horas do dia 1/7, sem que ninguém iniciasse o trabalho antes do início das negociações do caderno reivindicativo, negociações essas que deveriam ser feitas com administradores com poderes de negociação total.

Decidiram ainda os trabalhadores que no decorrer das negociações e até à conclusão favorável destas, fossem mantidos piquetes de ocupação na sede e em todas as instalações da empresa em Lisboa, sendo estes piquetes constituídos por cerca de 90 (noventa) trabalhadores. Após o início das negociações, o que se verificou às 12 horas do mesmo dia (1/7), os trabalhadores que não constituíram piquetes de ocupação regressaram aos seus locais de trabalho, retomando as suas tarefas.

Nesta primeira verdadeira reunião de negociações a Administração, após ter lido um comunicado à CDDT no qual jus-

trabalhadores seus subordinados.

Entretanto havia sido constituída uma comissão de inquérito (dois representantes dos trabalhadores, dois representantes da Administração e dois juristas) para tratar do problema: «saneamento do colega Martinho».

É face a estas manobras de retardamento e às dificuldades impostas ao bom andamento das negociações, nas quais havia sido apresentada à Administração uma proposta limite, que os trabalhadores que se encontravam em Lisboa impacientes pela longa espera, foram espontaneamente abandonando os locais de trabalho e concentrando-se a partir das 9.30 horas, do dia 5/7, em frente da sede das empresas esperando o fim imediato das negociações. É neste clima de total paralização do trabalho de todos os sectores de Lisboa, que no fim da tarde é dado a conhecer o termo das negociações que por ter sido totalmente negativo levou à realização do 5.º plenário em 6/7 cujas decisões transcrevemos:

A RÚSSIA «FURA» A GREVE DOS PESCADORES DE MATOSINHOS

Segundo informações publicadas no último «Expresso» a Comissão da Compra de Congelados (em representação de 25 unidades industriais do Norte) efectuou a compra de 3400 toneladas de sardinha russa.

Ainda segundo a mesma notícia «alguns elementos daquela Comissão planeiam visitar, em breve, a União Soviética para aí efectuarem novos negócios».

Entretanto, os 1200 pescadores de Matosinhos continuam a greve contra as duras condições de exploração a que estão submetidos.

Perante estes factos não podemos deixar de denunciar semelhante punhalada na luta dos camaradas pescadores de Matosinhos.

Os exploradores sabem manifestar a sua «solidariedade» quando os explorados demonstram, através da sua luta, que querem acabar com a exploração capitalista.

Assim, a negociação foi feita na Suécia, paga em dólares, após os exploradores russos terem «oferecido» a sua colaboração à solução dos graves problemas da economia dos patrões portuguesa (comparar com um comunicado recente do P. C. sobre a situação política portuguesa).

Este tipo de colaboração não é novo. Também quando das greves de mineiros em Espanha, a Rússia «colaborou» com a «economia» espanhola, «oferecendo» carvão aos fascistas espanhóis.

Em Portugal os capitalistas também souberam ser «solidários», pois foi em «união» (de 25) que «verificaram a

espécie de sardinha que nos era oferecida».

Se até aqui não era clara, para muitos trabalhadores portugueses, a condenação que os revolucionários desde há longos anos vêm fazendo do sistema de exploração existente também e ainda na Rússia, o desenvolvimento das suas lutas fá-los encontrar e conhecer praticamente um a um, ou em «colaboração», os exploradores de todo o mundo.

Os camaradas de Matosinhos já não terão certamente dúvidas quanto à verdadeira natureza do regime russo.

Curiosamente, o «Expresso» dá por título à referida notícia, «A sardinha soviética e a greve de Matosinhos». Ora, camaradas, quando os trabalhadores através da sua luta procuram as formas de organização necessárias à sua vitória, não podemos deixar em branco «esquecimentos» destes, pois, se os exploradores indiscriminadamente falam de Rússia ou União Soviética (talvez mais lembrados que esquecidos), a causa da emancipação dos trabalhadores tem sempre presente que os SOVIETES foram formas de organização e de luta que os explorados russos souberam erguer na sua luta vitoriosa contra o czarismo, e que já não existem desde que na Rússia se restabeleceu um regime de exploração.

CAMARADAS: O INTERNACIONALISMO da luta dos trabalhadores é consequência real e directa do domínio do mundo pelos exploradores.

A sua «colaboração» oponhamos vitoriosamente a nossa LUTA INTERNACIONAL



VOZ DO ESTALEIRO

BOLETIM DOS OPERÁRIOS n.º 1

DA CONSTRUÇÃO NAVAL (LISNAVE)

EDITORIAL

CAMARADAS, este é o primeiro número da «Voz do Estaleiro», jornal revolucionário dos operários da construção naval (Lisnave).

Para que serve este jornal? Para fazer propaganda das ideias revolucionárias do socialismo e do comunismo, ideias que têm as suas raízes na classe operária, que são de todos os operários mas que muitos destes ainda desconhecem.

Camaradas operários e trabalhadores explorados, como podemos lutar contra o sistema capitalista que nos oprime e explora? Sabendo como é esse sistema e como é que ele funciona. Por isso, na medida das nossas forças, explicaremos com clareza o que é o sistema capitalista e como lutar contra ele. Através desta luta alcançaremos o Socialismo e o Comunismo, sistemas onde não há a exploração do homem pelo homem.

O jornal servirá também para orientar as nossas lutas concre-

tas, as lutas reivindicativas na fábrica e também as lutas políticas. Travar lutas reivindicativas de carácter salarial e levá-las à vitória é impossível se não estivermos fortemente organizados. Precisamos de fortes organizações locais nos sítios onde trabalhamos, pois de contrário as nossas lutas não irão muito longe.

Os camaradas mais conscientes e decididos formarão COMITÉS DE FABRICA que deverão vir a agrupar todos os trabalhadores. Estes comités terão um papel de esclarecimento dos camaradas menos conscientes e de discussão das formas de levar para a frente as nossas lutas.

E será à volta da «Voz do Estaleiro», pela sua leitura e crítica em conjunto, que estes comités se deverão formar.

Portanto, este jornal será também um organizador!

Também, sempre que necessário este jornal convocará os operários por meio de panfletos e tarjetas, para reuniões e outras formas de luta.

Por outro lado, divulgaremos as

lutas de outros trabalhadores, e particularmente as dos operários da construção naval. Mas não nos limitaremos a divulgá-las. Delas tiraremos úteis ensinamentos, evitando repetir os seus erros e aprendendo com o que elas tiveram de correcto. Apoiá-las-emos sempre que justas.

O jornal será pois um elemento de ligação e solidariedade operária.

Camaradas operários!

Este jornal é feito por alguns camaradas vossos, operários revolucionários da Lisnave, mas ele é o vosso jornal. Todos os operários revolucionários deverão colaborar nele. Esperamos as vossas críticas, sugestões e artigos para podermos melhorar o jornal, para que ele seja um guia cada vez mais correcto e para que se torne um eficaz instrumento da luta dos operários contra a exploração capitalista.

APOIEMOS ACTIVAMENTE «A VOZ DO ESTALEIRO»!

COLABOREMOS NA «VOZ DO ESTALEIRO» E ORGANIZEMO-NOS À SUA VOLTA!

ESPAÑHA: LUTA NA «SOLVAY»

(Continuação da pág. 3)

A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DESENVOLVIDA PELOS TRABALHADORES

A traição dos sindicatos reformistas leva os trabalhadores a abandonarem rapidamente todas as esperanças na acção sindical tradicional e a desenvolverem as suas formas de organização autónomas.

A porta da empresa realizava-se diariamente uma assembleia que reunia todos os trabalhadores e em que se discutia e se decidia colectivamente o prosseguimento da luta. A criação e o prosseguimento destas formas organizacionais reforça a consciência dos trabalhadores e dá-lhes uma noção mais exacta da sua capacidade e da sua força colectiva.

UMA LIMITAÇÃO DA LUTA

Perante a decisão dos dirigentes da empresa de não aceitarem as reivindicações dos trabalhadores, estes decidiram dirigir-se directamente à sede da multinacional, na Bélgica.

Deste modo, os trabalhadores da Solvay em Martorell deram provas de uma certa imaturidade. Não viram as estreitas interligações capitalistas, julgaram que os grandes dirigentes da multinacional podiam ser mais favoráveis aos trabalhadores espanhóis do que os dirigentes da fábrica de Martorell. Na realidade, estes últimos são puros delegados dos primeiros.

Mas a experiência prática retirará, sem dúvida, esta ilusão aos nossos camaradas trabalhadores da Martorell. Eles verão que, na Bélgica como em Espanha, o objectivo dos patrões é unicamente o de explorar sempre mais os trabalhadores. Em todas as lutas, a maior parte das massas trabalhadoras entra com grandes ilusões e, quando sai da luta, essas ilusões geralmente perdem-se, sendo substituídas por uma visão mais adequada da realidade.

O DESENVOLVIMENTO DA SOLIDARIEDADE ENTRE TODOS OS TRABALHADORES

Como se disse já, Martorell

está situada numa região com poucas tradições industriais e, por conseguinte, com escassas tradições de luta. No entanto, os trabalhadores da Solvay, para sustentarem o seu próprio combate, tiveram que o divulgar e que apelar para a solidariedade dos seus companheiros de região. Assim, a greve da Solvay constituiu um precioso exemplo nessa região, que poderá ajudar os restantes trabalhadores a acelerarem a sua consciência de explorados e a passar a formas de luta contra a exploração.

Por outro lado, o próprio atraso da zona quanto a lutas operárias estimulou os trabalhadores da Solvay a entrarem em relação com greves em grandes empresas espanholas, nomeadamente com a grande luta da ELSA de Cornellá e com as empresas de Baix Llobregat. Folhas e tarjetas editadas clandestinamente por operários de Baix Llobregat desenvolveram a unificação das duas lutas.

A luta destes camaradas recebeu ainda apoio por parte dos

trabalhadores das filiais da Solvay na Itália e em França, bem como dos trabalhadores da sede do grupo, na Bélgica.

A expansão desta vasta rede de solidariedade mostra que, quando um trabalhador luta, não é só ele a combater, mas todos os explorados.

A SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES PORTUGUESES E OS TRABALHADORES ESPANHÓIS

Em todos os números deste jornal, tal como no nosso Manifesto, temos sublinhado que não pode haver luta operária que não seja internacionalista e anti-nacional. Dentro desta linha internacionalista, a união entre os trabalhadores portugueses e os espanhóis tem uma importância muito grande.

A burguesia espanhola é um dos melhores apoios dos capitalistas portugueses contra a revolução dos trabalhadores, porque a sua proximidade geográfica

permite-lhe uma intervenção rápida no caso de uma insurreição dos explorados em Portugal. Do mesmo modo, a burguesia portuguesa pode auxiliar a burguesia espanhola contra os trabalhadores do país vizinho, como aconteceu por exemplo durante a guerra civil.

Em todas as épocas, a união entre os trabalhadores de Portugal e de Espanha foi uma constante nos programas e na actividade prática dos revolucionários de ambos os países. Só desde há algumas décadas, o prevalencecimento da corrente reformista em Portugal, fazendo esquecer o internacionalismo, abandonou a defesa da solidariedade entre os trabalhadores portugueses e espanhóis, tal como abandonou todas as formas de solidariedade internacionalista em geral.

Esta é mais uma razão por que os trabalhadores portugueses devem desenvolver um grande esforço internacionalista, através de medidas práticas de solidariedade com a luta dos nossos camaradas, os trabalhadores de outros países.

CONTRA QUEM SE DIRIGE A NOVA LEI DE IMPRENSA?

Menos de dois meses após o golpe militar, o Governo Provisório e a Junta puseram em vigor uma lei de imprensa, que se distingue da anterior porque, em vez de proibir a publicação de artigos, aplica sanções uma vez esses artigos publicados.

O critério pelo qual se fazem recair as sanções sobre os jornais e o próprio tipo e métodos dessas sanções esclarecem suficientemente contra quem se pretende dirigir a nova lei da imprensa.

São consideradas infracções que essa lei pode punir, principalmente as seguintes:

- o incitamento à greve;
 - o incitamento, mesmo que só indirecto, à luta contra as hierarquias e a disciplina militares;
 - a referência a operações militares não divulgadas pelo Estado-Maior;
 - as ofensas a chefes de Estado estrangeiros.
- Vejamos o significado de cada uma destas quatro proibições.

1.º) Considerar crime o apelo à greve é bem revelador do que entendem os governantes sobre o «direito à greve» que dizem ter concedido aos trabalhadores. A base da greve é a solidariedade entre os trabalhadores e, para que ela se realize na prática, é indispensável que os trabalhadores apelem para a greve, inclusivamente para que a luta se estenda a outras fábricas. Dizer que se autoriza a greve, mas proibir o apelo à greve, é preparar o terreno para, na prática, começar a proibir a greve. Ao mesmo tempo, não vemos que a Junta ou o Governo Provisório se preocupem em proibir os apelos capitalistas ao aumento das cadências de produção, às restrições salariais, ao reforço da exploração. É crime os trabalhadores apelarem para a defesa dos seus direitos mínimos, mas não o é os capitalistas apelarem para o espezinhamento dos direitos de quem trabalha.

2.º) Para reprimir os trabalhadores, a burguesia precisa de ter um exército disciplinado, isto é, que cumpra sem pensar as suas ordens. Os soldados e os marinheiros são filhos do povo

fardados e, para os afastar do

povo, a burguesia mete-os em casernas e quer que eles obedeam cegamente aos seus oficiais. Por isso, atacar por todas as formas a disciplina militar é uma das condições indispensáveis da revolução dos trabalhadores contra o capitalismo.

Quando os milicianos Anjos e Marvão se recusaram a feppir os trabalhadores dos CTT em greve, estando por isso presos no forte da Trafaria, mostraram que para todos os revolucionários só há um interesse: o dos trabalhadores em luta, e não o da disciplina burguesa que reina no seio do exército.

3.º) As operações militares conduzidas pelo exército da burguesia portuguesa consistem na guerra colonial e no assassinato dos nossos camaradas, os trabalhadores das colónias. Divulgar essas operações é um acto de solidariedade activa para com os trabalhadores africanos e os povos das colónias em luta. Divulgar as operações militares planeadas pela burguesia portuguesa é atacar a política colonialista ou neo-colonialista que os capitalistas deste país seguem desde o 25 de Abril. Ao proibir essa divulgação, o Governo Provisório e a Junta de Salvação Nacional procuram assim criar condições para continuarem a sua guerra colonial e as suas manobras neo-colonialistas.

4.º) Quanto à proibição das «ofensas» a chefes de Estado estrangeiros, ela visa proibir todas as manifestações de internacionalismo dos trabalhadores. Dizer que o presidente Pinochet do Chile é um assassino ou que o presidente Nixon é o chefe político de um dos principais bandos da gatunagem capitalista mundial, não são verdades que repetem os trabalhadores de todo o mundo? Ao fazer com que tais verdades possam cair sob a alçada da lei de imprensa, o Governo e a Junta procuram minar a união entre os trabalhadores portugueses e os nossos camaradas, os trabalhadores de todo o mundo.

Em conclusão: a nova lei de imprensa não restringe as actividades dos fascistas e de todos os reaccionários. O seu objectivo fundamental é o de preparar o terreno para um ataque

em força contra a imprensa trabalhadora.

Este mesmo carácter se vê nas sanções previstas, que consistem na aplicação de uma multa que pode ir até 500 contos. Se, por acaso, cair sob a alçada da lei a imprensa da grande burguesia, isto é, qualquer dos jornais possuídos por um dos grandes grupos económicos, estes poderão sem grandes problemas pagar a multa. Nenhum dos jornais dos trabalhadores ou ligados às várias organizações revolucionárias poderá alguma vez pagar tais quantias. O sistema de sanção por multa estabelece uma discriminação em completo desfavor da imprensa dos trabalhadores.

A nova lei de imprensa inaugurou a sua aplicação, como é do conhecimento geral, com as multas aplicadas aos jornais *A Capital* (100 contos) e *República* (30 contos). Estes jornais foram os únicos diários que publicaram o relato de uma das manifestações de apoio aos milicianos Marvão e Anjos, que se recusaram a atacar os trabalhadores dos CTT em greve. Defender Anjos e Marvão é não só defender o direito dos trabalhadores à greve, como denunciar o militarismo e o exército da burguesia, quer dizer, desmascarar uma das principais forças da exploração e da opressão. Por isso, o Governo Provisório e a Junta de Salvação Nacional cairam com toda a sua fúria sobre a publicação de tais notícias.

A nova lei de imprensa tem, pois, dois grandes objectivos:

- preparar as condições para um ataque geral contra toda a imprensa dos trabalhadores e
- reprimir as possibilidades de expressão revolucionária no interior dos órgãos de imprensa controlados pela burguesia.

O ataque à lei de imprensa e a sua desmistificação por todos os meios são um dos elementos fundamentais, hoje, da luta dos trabalhadores.

A burguesia quer amordaçar-nos. Quer impedir-nos de divulgar as nossas lutas, de alargar a solidariedade e a união dos trabalhadores. Combater a lei de imprensa é lutar pela criação de condições para o desenvolvimento da nossa luta contra o capitalismo.

OS TRABALHADORES DA CHARMINHA DIZEM NÃO AO DESEMPREGO

(Continuação da pág. 1)

Os trabalhadores da Charminha — Confeccção de Roupa, Lda., apenas pediram a substituição do gerente, sr. Wilhelm Zankl, porque estavam já saturados dos despedimentos em massa e da maneira discriminatória com que o gerente tratava os empregados e operários.

Sendo o gerente um ex-oficial nazi, era inconcebível que nós, portugueses livres, pudéssemos estar debaixo de um domínio ainda mais impiedoso e cruel do que o recentemente derrubado.

Perante este pedido, o gerente, cobardemente, abandonou a empresa e os trabalhadores, fugindo do País e indo-se esconder junto dos donos da empresa, contando a seu bel-prazer todos os acontecimentos ocorridos.

Tentámos negociar com os administradores austríacos, mas estes recusaram-se redondamente a virem a Portugal.

Não só o gerente peticou a cobarde acção de nos abandonar como também nos passou um cheque sem cobertura destinado ao pagamento dos salários correspondentes a Maio, deixando-nos assim sem dinheiro.

Qual seria então o pão dos trabalhadores sem os salários?

Iríamos todos para a miséria, aumentando assim essa epidemia que grassa no País.

Que deveríamos fazer?

Fizemos o que nos pareceu mais justo, e o que mais agradaria aos trabalhadores. Continuámos assim a produzir e começámos a vender ao público para realizarmos dinheiro para que nós não tivéssemos problemas de fome.

Mas, tendo agora dinheiro, não podemos passar sem a segunda condição de trabalho, a tranquilidade e a paz necessárias para trabalharmos. Começámos então as tentativas junto das entidades oficiais para nos acudirem, mas até agora — e já vão decorridos dois meses — nada de concreto nos foi dito. Os trabalhadores continuam assim a perguntar qual será o futuro da empresa.

Pedimos assim a alguém que nos dê uma resposta para calma e serenamente levarmos para a frente a Charminha.

CONTRA AS INTIMIDAÇÕES IMPERIALISTAS DO DESEMPREGO.

CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA.

APOIEMOS ACTIVAMENTE A LUTA DOS TRABALHADORES DA CHARMINHA.

Os trabalhadores da Charminha



MABOR

(Continuação da pág. 8)

uma vida decente e que não fossem «carrascos» toda a vida desses indivíduos que, pelo menos alguns, já foram operários como nós e alguns deles subiram só porque tinham os seus «padrinhos».

C—Há outra parte, mesmo sem ser mensais, que nos atacam, mas talvez não seja de estranhar muito, porque neste momento nem todas as pessoas (até mesmo nós), não estávamos bem preparados para enfrentar uma coisa destas; com isto, aprender-se-á e estou convencido que as pessoas irão tomando cada vez mais uma atitude diferente.

— Já estão há 39 dias em greve; quais as lições que tiram de toda esta experiência?

C—Aprende-se muito. Os operários da Mabor não sabiam a força que tinham. Temos força porque já tivemos durante 39 dias, não só «força dos braços» mas também de cabeça. Também aprendemos que não devemos ter medo, porque isso poderia esconder a nossa força. Esta é uma conclusão com que eu fico e que nós todos aprendemos.

— Acha que essa força de que fala pode tê-la sozinho?...

C—Não, nós ficámos a saber que todos juntos a nossa força é muito grande. Temos falado muito uns com os outros e têm aparecido muitas ideias novas, umas boas outras piores, mas que fazem com que as pessoas mais instruídas vão esclarecendo outras, e chega-se a certo

ponto em que se forma só uma ideia boa. E isso que acontece agora a nós.

Isto é quase como o momento político que estamos a passar no Portugal da esquerda que eram os fascistas e que hoje são os da «esquerda»; ora aí também há uns certos cuidados e nós aqui também passamos a tê-los. É necessário um esclarecimento a todos os trabalhadores para estarmos atentos a todas as manobras, pois as manobras que nos aparecem aqui são feitas pelos patrões e eles ainda querem um regime fascista. Precisamos de estar atentos, alertando-nos uns aos outros, para chegarmos ao fim vitoriosos.

— Já ouviram, com certeza, falar de um caso que se passou em França numa fábrica de relógios, a Lip... O que pensam disso?

A—Penso que a atitude que eles tomaram foi correcta, mas isso não quer dizer que isso não viesse a acontecer na Mabor.

C—Somos homens para, se nos decidirmos a isso, se chegarmos a essa conclusão, vendermos e mesmo fabricar-mos pneus e ninguém nos pode responsabilizar, pois a culpa é do patrão.

O que não podemos é vender as máquinas, porque nós sem máquinas não podemos trabalhar.

A—Bem, para terminar, só queria dizer a todos os operários e trabalhadores do país que reparem bem na atitude que nós aqui na Mabor tomámos e que nunca se atemorizem com as manobras dos patrões.

ENTREVISTA COM TRÊS OPERÁRIOS DA MABOR



— O que se passava antes de 25 de Abril aqui na Mabor?

A — Nós, aqui, mesmo antes do 25 de Abril já tínhamos feito qualquer coisa: já tínhamos feito baixa de produção...

— Quando é que começou a greve e quais os antecedentes próximos?

A — Depois do 25, no dia 8 ou 9 de Maio, um grupo de colegas nossos resolveram convidar o Miguel Quina, nosso patrão, para termos uma reunião com ele. Ele veio cá no dia 12, um domingo, e foi-lhe apresentado um caderno de reivindicações (salário mínimo de 6000\$00; um mês de férias com 100%; 30 dias de subsídio de Natal; 40 horas de trabalho em 5 dias; um bar; uma biblioteca e 100% de subsídio em caso de doença e acidentes de trabalho). Desde o dia 12 até ao dia 30 de Maio a administração apenas cedeu na biblioteca, nos 100% para doença ou acidentes de trabalho e resolveu dar 30% de aumento (em relação ao ordenado de Março). Esse sistema de aumento não nos interessava, pois iria dar muito a quem já ganhava muito e pouco a quem ganhava pouco.

B — No dia 30 de Maio à tarde fomos informados pela administração que não nos podia dar mais que 30%, que não dava mesmo mais e que quanto à questão das férias, precisava do mês de Junho para a resolver.

Depois de informados todos os colegas disto, resolveu-se chegar às 21 horas, depois da refeição, e parar. A — No sábado, 31, vieram cá pessoas da administração dizer que a Mabor só tinha tido 27 000 contos de lucro, que as exportações tinham diminuído e que por isso não podiam dar o aumento pedido.

Entretanto, no sábado seguinte, já deram os 30 dias de férias e os 30 dias de subsídio de Natal. Quer dizer: até aí não tinham mais dinheiro, tinham-no dado todo, mas depois já apareceu mais algum escondido no fundo da gaveta...

No entanto, continuaram a não dar as 40 horas, nem os 6000\$00. B — No dia 2 esteve também cá um aspirante do R. I. 8 acompanhado de dois administradores e dois elementos ligados ao Ministério do Trabalho, mas daí também não se chegou a qualquer acordo.

— Como é que se organizaram durante a greve?

A — Os diferentes turnos foram aderindo à greve à medida que chegavam ao serviço. No dia seguinte ao início da greve (dia 31) os «mensais», chamados «casacas amarelas», tentaram armar a confusão, dividindo os operários e nós, vendo isso, resolvemos que esses indivíduos fossem postos lá fora e tomámos-nos conta das instalações da fábrica. Temos piquetes nos locais principais da fábrica, numa vigilância constante,

dia e noite. Continua a haver três turnos, portanto, há um turno que entra às 24 e sai às 8 horas, entrando então outro turno que se mantém aqui até às 16 horas e depois o terceiro turno das 16 às 24 horas; estes turnos funcionam rotativamente. Pica-se o ponto normalmente à entrada, à hora de refeição e à saída. B — O Sindicato foi acusado de ter elaborado a greve num laboratório para ser feita na Mabor, coisa que é mentira, pois o Sindicato só foi informado do que se passava 24 horas depois de já estarmos em greve.

— Nós ouvimos já aqui falar em Comissão Sindical Operária (C. S. O.) Como é que surge essa C. S. O. e como funciona?

A — Antes do 25 de Abril, tínhamos aqui na fábrica um delegado do Sindicato. Ora, depois do 25 de Abril, os sindicatos passaram a ser, naturalmente, organizados pelos operários e não pelos patrões; portanto, o Sindicato mandou nomear um determinado número de operários escolhidos democraticamente pelos colegas (um de cada secção de serviço). Inicialmente, eram sete delegados e depois foi alargada para dezasseis, embora actualmente funcione com dezasseis.

O fim dessa C. S. O., além do papel organizativo, é também tratar das negociações com a administração, porque nós somos aqui 500 e tal homens e era muito difícil chegar a uma conclusão numa reunião com todos a ouvir e a falar; ora resolveu-se que a C. S. O. iria negociar com os representantes da administração, mas sem poder decidir o que quer que fosse sem nós decidirmos todos primeiro.

— Antes disso, não chegou a haver uma Comissão de fábrica?

B — Isso foi o patrão que pediu que se nomeasse uma comissão ad-hoc com uma pessoa de cada sector (pessoal de produção, pessoal que trabalha a prémio, encarregados, engenheiros...). Foi esta comissão que praticamente tratou das negociações desde o dia 12 de Maio até 30 de Maio (início da greve). Depois, alguns desses indivíduos começaram a falsear e foi quando se resolveu que fosse mesmo a C. S. O. que tratasse desses assuntos para que não pudesse ser traída pelos administradores (sic).

C — Isso só se passou depois de começar a greve.

A — No início da greve, além da comissão de fábrica, estava já formada a C. S. O. mas só com sete elementos e só depois disto é que a C. S. O. foi alargada para 17 elementos e a Comissão de Fábrica é entretanto extinta.

B — Neste caso (C. S. O.) já não entravam «mensais», pois até aí eles

nunca precisaram de nós e nós agora também não precisamos deles.

— Ontem, disse-se aqui que quase todas as pessoas que iniciaram a greve, que, a princípio, mais falavam e mais activas eram, foram já trabalhar para a fábrica velha... (*)

A — Bem, talvez essa frase não esteja bem aplicada, porque nós não podemos acusar ninguém de ser os iniciadores da greve. Praticamente fomos todos iniciadores, embora fosse um turno que começasse e os outros depois seguiram-no.

— Sim, quando falavam em iniciadores, frisavam que com isso queriam dizer aqueles que mais activos se mostravam, mais falavam...

A — Há sempre indivíduos que parece-lhes que sabem mais do que os outros e de início diziam que estava tudo bem mas que actualmente discordaram de nós e foram para a administração, «passaram-se».

B — E dos outros sectores (sem ser dos químicos), dos metalúrgicos — que são poucos — dos de hotelaria (cantina) e enfermeiros, só um metalúrgico e os de hotelaria entraram em greve connosco. O C. C. T. dos metalúrgicos já tinha sido aprovado e por isso eles já se davam por satisfeitos.

(*) Fábrica Velha; O. G. A. — oficinas gerais e armazéns, onde funcionou em tempos a parte de produção da Mabor.

— Aqui em Lousado há também a I. T. A., a D. A. P. e a O. G. A. (*) (fábrica velha). Qual a posição dos trabalhadores destas empresas?

A — A D. A. P. esteve em greve no dia 2 de Junho das 8 às 10 horas.

B — Prometeram-lhes mundos e fundos, disseram-lhes que não fizessem greve, porque o que fosse dado a nós, aqui na Mabor, seria dado na D. A. P. e na I. T. A. e eles foram levados nessa conversa e continuaram a trabalhar. Estão à nossa espera.

A — Ora, se eles pensassem que deviam entrar em greve em vez de ficar à espera que os outros estivessem a trabalhar para eles, tenho a certeza que o patrão a esta hora já se teria rendido. Assim, ele como tem muitas, tem umas a trabalhar para as outras, vai aguentando a ver se nós nos rendemos pela fraqueza.

— Que apoio tem havido aqui à greve na Mabor?

A — Tem surgido diversas campanhas de solidariedade: do Sindicato de Lisboa, de estudantes do Porto, de um grupo da Lacose e outros colegas mais folgados cá dentro da fábrica foram os primeiros a socorrer outros mais necessitados logo de início, emprestando-lhes dinheiro para poderem sustentar a família durante a greve...

(*) Todas elas pertencentes ao grupo Borges.

— ...E os operários da Sacor deram um dia de trabalho...

A — CHEGOU-SE A FALAR NISSO, MAS POR PROBLEMAS SURTIDOS DENTRO DO SINDICATO FOI INTERROMPIDA A CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE E PORTANTO É FALSA A NOTICIA VINDA A PÚBLICO.

— Qual a posição do Sindicato dos Químicos face à greve?

B — A direcção do Sindicato, embora dizendo que apoiava a greve, tentou fazer com que ela acabasse. Ainda agora nas últimas horas se dizia que um membro da direcção do Sindicato tinha entrado em contacto com a administração, dizendo que na segunda ou terça-feira (8 ou 9 de Julho) recomençaria o trabalho sem nós termos conhecimento de nada.

A — Aliás, isso vinha contrariar o que dizíamos num nosso comunicado.

— Qual a posição do Ministério do Trabalho?

C — Inicialmente, agradaram-nos as palavras do delegado do Ministério do Trabalho (o sr. António Mota *) mas ele hoje veio aí num

— TODOS OS DIAS OUVEM DIZER QUE AS GREVES NESTE MOMENTO SÃO PREJUDICIAIS A ECONOMIA DA NAÇÃO E QUE FAZER GREVE NESTE MOMENTO É FAZER O JOGO DA REACÇÃO, ETC., O QUE É QUE PENSAM DISSO?

C — Eu penso que neste momento as greves não devem prejudicar a economia nacional mas, antes pelo contrário, dará força não digo no momento em que elas são feitas, mas que nos dará uma grande força, porque o prejuízo será dos patrões e não da economia nacional nem dos operários.

Não era o patrão que nos pagava, mas sim nós que pagávamos ao patrão e mesmo que peçamos aquilo a que temos direito, eu também entendo que ele continua a ser pago por nós, mas esse dinheiro que ele



carro da administração dizendo que retomássemos o trabalho com o mesmo salário que ganhávamos antes destes 40 dias de greve e que depois o patrão resolvia o nosso problema e que poderia chegar a dar 6 como poderia mesmo dar 7000\$00. É claro que estas palavras não agradaram a ninguém nem foram escutadas, pois que se o patrão quiser dar os 6 ou os 7000\$00, que os dê agora, não é nós começarmos a trabalhar e ele depois dizer que não dá nada e nós não termos força para fazer outra vez greve, depois.

(*) Este A. Mota foi um dos candidatos pela C. D. E. do Porto em 1973. É operário metalúrgico [E da Direcção do Sindicato Met. (??)].

recebe e que mete nos cofres dele, que em lugar de ser aos milhares que seja só às dezenas, senão continuávamos na mesma.

— Como é que tem reagido a população aqui de Lousado?

A — Bem, aqui em Lousado há uns que são operários e outros que são encarregados; de início, havia alguma reacção por parte das mulheres dos encarregados que diziam «que nós éramos uns malandros», «que devíamos ir trabalhar», «que queríamos pôr o patrão a pedir», «que os maridos delas deviam também ganhar mais, porque a posição delas era outra»; ora, não vejo que as mulheres delas sejam mais que as nossas, acho que elas não deviam ter raiva que os operários tivessem

(CONTINUA NA PAG. 7)

